

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO III

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 2

Suponha que, no julgamento de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, o Supremo Tribunal Federal tenha declarado inconstitucional norma desse estado, de conteúdo idêntico ao de norma editada pelo estado do Tocantins. Considerando essa situação hipotética, responda, com base na jurisprudência do STF, se o governador do estado do Tocantins poderia opor embargos de declaração em defesa da lei do estado do Mato Grosso.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO III

DISCIPLINA: DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

QUESTÃO 2

Considere que o Ministério Público do estado do Tocantins tenha proposto ação contra instituições financeiras em defesa de direitos de mutuários do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), pretendendo compeli-las a abster-se de promover a execução extrajudicial de contratos de financiamento imobiliário por elas realizados. Em face dessa situação, indique o tipo de ação cabível, a espécie dos referidos direitos e responda se o promotor de justiça pode utilizar-se desse tipo de ação para realizar controle de constitucionalidade em abstrato.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO III

DISCIPLINA: DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

QUESTÃO 2

O promotor de justiça recebeu boletim circunstanciado de ocorrência, relatando a prática de ato infracional análogo ao crime de furto simples tentado de três xampus, cometido por uma adolescente. Na oitiva informal da garota, o membro do Ministério Público advertiu-a severamente acerca das consequências judiciais decorrentes da conduta a ela imputada e lhe concedeu o benefício da remissão, como forma de exclusão do processo, cumulada com medida socioeducativa de liberdade assistida, consignando formalmente que tanto a adolescente quanto seus pais concordaram com a medida. O juiz homologou, por sentença, a remissão, nos termos requeridos pelo promotor. O defensor público, ao receber os autos para ciência, apelou da sentença, alegando constrangimento ilegal, tendo em vista ser incabível a cumulação de medida socioeducativa com remissão concedida pelo Ministério Público e violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez que a remissão fora homologada sem a oitiva da adolescente em juízo.

Em face dessa situação hipotética, esclareça se as seguintes alegações da defensoria pública merecem prosperar.

- a) Constrangimento ilegal.
 - b) Impossibilidade de cumulação de medida socioeducativa com remissão.
 - c) Violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa por falta de oitiva da adolescente.
-